



33. Ato de Concentração nº 08012.009220/2002-41
 Requerentes: Bayer Corporation, Ondeo Nalco Corporation
 Advogados: José Del Chiaro Ferreira da Rosa, Paula Guedes
 Vilela, Marcelo Calliari, Daniel Oliveira Andreoli, Bruno Lembi e
 outros.

Relator: Conselheiro Miguel Tebar Barrionuevo

34. Ato de Concentração nº 08012.005659/2003-86

Requerentes: Nike, Inc., Linus Acquisition, Inc., Converse,
 Inc.

Advogados: Mário Roberto Villanova Nogueira, Tânia Mara
 Camargo Falbo, Bruno de Luca Drago e outros.

Relator: Conselheiro Miguel Tebar Barrionuevo

35. Ato de Concentração nº 08012.003856/2002-80

Requerentes: Danaher Corporation, Raytek Corporation
 Advogados: José de Augusto Regazzini, Marcelo Calliari,
 Rogério Domene, Bruno Lembi e outros.

Relator: Conselheiro Miguel Tebar Barrionuevo

36. Ato de Concentração nº 08012.004352/2003-68

Requerentes: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda.,
 Comercial Automotiva Ltda.

Advogados: José Inácio Gonzaga Franceschini, Camila Castan-
 tanho Girardi, Gianni Nunes de Araújo, Karina Kazue Perossi e
 outros.

Relator: Conselheiro Miguel Tebar Barrionuevo

37. Ato de Concentração nº 08012.009030/2002-24

Requerentes: Ita Representações de Produtos Farmacêuticos
 S.A., Intermed Farmacêutica Nordeste Ltda., Intermed Farmacêutica
 Ltda.

Advogados: Darwin Corrêa, Caio Machado Filho, Maria Isa-
 bel do Prado Bocater, João Laudo de Camargo, Francisco da Costa e
 Silva, Adriana Mourão Nogueira e outros.

Relator: Conselheiro Miguel Tebar Barrionuevo

38. Ato de Concentração nº 08012.004818/2000-82

Requerentes: Terra Networks Brasil S.A., Internet Digital
 Boulevard S/C Ltda.

Advogados: Luciano Mariano de Santana, Jussara Costa Me-
 lo, Kátia Costa da Silva Pedroso.

Relator: Conselheiro Miguel Tebar Barrionuevo

39. Ato de Concentração nº 08012.006253/1999-46

Requerentes: Telefônica Interactiva S.A., RBS Administra-
 ção e Cobrança S.A.

Advogados: Luciano Mariano de Santana, Jussara Costa Me-
 lo, Kátia Costa da Silva Pedroso.

Relator: Conselheiro Miguel Tebar Barrionuevo

40. Processo Administrativo nº 08000.020786/86-08

Representante: Sindicato Nacional das Empresas de Medi-
 cina de Grupo - SINANGE

Advogados: Dagoberto José Steinmeyer Lima, Luiz Gon-
 çalves, Pedro Luiz Gonçalves Ramos, Marcos Gasperini, Marilene
 Morelli Dario, Aureane Rodrigues da Silva, Elenita de Souza Ribeiro
 e outros.

Representada: Sindicato dos Hospitais, Clínicas e Casas de
 Saúde de São Luís - MA

Advogado: José Ribamar Marques

Relator: Conselheiro Roberto Augusto Castellanos Pfeiffer

JOÃO GRANDINO RODAS
 Presidente do Conselho

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

RESOLUÇÃO Nº 14, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2003

REVOGADO

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE PO-
 LÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, no uso de suas atribui-
 ções legais e regimentais, e tendo em vista a decisão adotada à
 unanimidade na reunião ordinária, realizada nos dias 03 e 04/11/2003,
 resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo de entrega dos trabalhos do VIII
 Concurso Nacional de Monografias do CNPCP - "Violência e Mídia:
 prevenção e repressão", para 15 de dezembro de 2003 e, no caso de
 inscrição via postal, considerar-se-á a data de postagem.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua pu-
 blicação

ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA

ATA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 E 23 DE SETEMBRO DE 2003

Aos vinte e dois e vinte e três dias do mês de setembro do
 ano de dois mil e três, reuniu-se, em Goiânia - GO, no auditório da
 Faculdade de Direito da Universidade de Goiás, o Conselho Nacional
 de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP. Sob a Presidência do
 Dr. Vetuval Martins Vasconcelos, 1º Vice-Presidente, deu-se início
 aos trabalhos, registrando-se a presença dos seguintes Conselheiros:
 Ana Sofia Schmidt de Oliveira, Bernardino Ovelar Arzamendia, Car-
 los Weis, Cassio Castellari, César Oliveira de Barros Leal, Edison
 José Biondi, Eleonora de Souza Luna, Frederico Guilherme Guariglia,
 Laurindo Dias Minhoto, Mario Julio Pereira da Silva, Maurício Kueh-
 ne, Pedro Sérgio dos Santos, e Rogério Etzel. O Vice- Presidente
 justificou a ausência, por motivos de força maior, do Presidente Dr.
 Antônio Cláudio Mariz de Oliveira e dos Conselheiros Laertes de
 Macedo Torrens, Ricardo de Oliveira Silva e Salette Vergani Araújo.
 Com a confirmação de quórum, o Vice-Presidente declarou aberta a
 sessão, agradecendo a presença dos membros do Conselho, do Dr.
 Licínio Leal Barbosa, ex-Presidente do CNPCP e Organizador do I

Congresso Brasileiro de Ciências Penais; do Dr. Benedito Marques,
 Diretor da Faculdade de Direito/UFG; do Dr. Eriberto B. Marim, da
 Faculdade de Direito da UFG; da Dra. Marta Roveny Souza,
 UFG/FCHF; do Dr. Luiz Antonio A. Bezerra, Universo/TJ; do Dr.
 Haroldo da Silva, mestrando em Direito da UFG e Promotor de
 Justiça, assim como de alunos da graduação e especialização da
 Faculdade de Direito da UFG. Agradeceu especialmente ao Dr. Li-
 cínio Leal Barbosa pelo apoio dado ao Conselho para que a reunião
 se realizasse durante o evento, conferindo-lhe o Título de Presidente
 de Honra da reunião. Com a palavra, o Dr. Licínio Leal Barbosa
 cumprimentou a todos os presentes, disse que recebe com imensa
 honra essa distinção que o Presidente em exercício lhe confere, e em
 nome pessoal e no da Coordenação do 1º Congresso Brasileiro de
 Ciências Penais, dá as boas vindas, na expectativa que se realizem
 trabalhos produtivos, em consonância com os objetivos do Conselho,
 o qual teve a honra de presidir por dois anos e de integrá-lo por
 quatro anos. Assinalou a relevância do Conselho como órgão assessor
 do Ministério da Justiça, comunicando que hoje irá entregar ao Mi-
 nistro da Justiça, Dr. Márcio Thomaz Bastos, a minuta do anteprojeto
 de Indulto de Natal/2003. O Vice-Presidente, Dr. Vetuval Martins
 Vasconcelos, agradeceu, dando continuidade à reunião. Foram apre-
 ciadas as atas da 291ª Reunião Ordinária e da 2ª Reunião Extraor-
 dinária do CNPCP, ambas aprovadas com alterações propostas pelo
 Conselheiro César Oliveira de Barros Leal. Na sequência, passou-se à
 fase das comunicações. Com a palavra, o 2º Vice-Presidente, Dr.
 Maurício Kuehne, comunicou o recebimento do Ofício nº 2858/2003,
 de 12 de setembro de 2003, da Justiça Federal - 1ª Vara Federal
 Criminal, enviado ao Presidente do CNPCP, dando notícias de que,
 com respaldo em estudos e laudos periciais do Instituto Nacional de
 Criminalística - Seção de Criminalística e Vigilância Sanitária Mu-
 nicipal, foi proferida decisão determinando a interdição das insta-
 lações da Carceragem da Delegacia da Polícia Federal de Curitiba/PR
 por apresentarem condições insalubres para a alocação de presos, em
 afronta à integridade física e moral dos mesmos, solicitando a rea-
 locação dos presos em estabelecimentos do sistema prisional estadual,
 com observância das diretrizes a serem estabelecidas pelo Juízo de
 Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios. Disse que isso é o
 resultado da Visita de Inspeção realizada pelos Conselheiros Pedro
 Sérgio dos Santos e Bernardino Ovelar Arzamendia, em cujo relatório
 consta essa irregularidade. Disse, ainda, que, como Presidente do
 Conselho Penitenciário Estadual do Paraná, conversou com o Juiz
 Oziel Francisco de Sousa antes de este expediente ter sido enca-
 minhado ao CNPCP, sendo informado que a Delegacia seria interdi-
 tada. Parabenizou o trabalho dos Conselheiros. Com a palavra, o
 Conselheiro Pedro Sérgio dos Santos disse ter ficado satisfeito quan-
 do soube do resultado. Agregou que, juntamente com o Conselheiro
 Bernardino Ovelar Arzamendia, constatou inúmeras irregularidades e
 que o fechamento do cárcere da Polícia Federal do Paraná foi real-
 mente necessário. O Conselheiro Maurício Kuehne informou que fun-
 cionará apenas como cela de flagrante e que os presos foram trans-
 feridos para outra unidade. Comunicou, ainda, com relação à visita de
 inspeção efetuada no Presídio Bangu III, no Rio de Janeiro, em razão
 de denúncias encaminhadas a este Conselho, que o respectivo pro-
 cesso foi inicialmente encaminhado à Conselheira Ana Sofia Schmidt
 de Oliveira, tendo sido solicitada a manifestação do Diretor do DE-
 SIPE, após o que a Conselheira despachou novamente no sentido de
 que fosse feita a visita de inspeção. Procedeu em seguida à leitura do
 relatório, com alusão a irregularidades e deficiências no cumprimento
 da Lei de Execução Penal, que resumidamente elencou: lentidão dos
 processos de progressão e livramento condicional; falta de unidades
 prisionais para regime semi-aberto e para presos com longas penas;
 necessidade de ambulatório móvel para atendimento emergencial; re-
 vista inadequada nos visitantes; carência de transporte para os fa-
 miliares dentro do complexo penitenciário; excesso de burocracia
 para permissão da visita íntima; falta de ensino profissionalizante;
 ausência de ensino religioso de caráter ecumênico; necessidade de
 mais frente de trabalho; falta de telefones públicos, de material para
 higiene pessoal e das celas, assim como de visita regular dos Juizes
 e representante do Ministério Público à unidade prisional. No mais,
 o referido documento denuncia torturas praticadas por oficiais da Po-
 lícia Militar do Rio de Janeiro, com relação ao transporte dos fa-
 miliares, o que já foi solucionado. Disse que, com relação à falta de
 trabalho, o caso é grave, posto que de 778 internos só 51 exercem
 atividades laborais, o que implica na não remição pelo trabalho ou do
 reconhecimento deste direito. Apesar de considerar pequeno o nú-
 mero de profissionais na área jurídica, não percebeu tensão ou qual-
 quer reclamação de presos quanto ao andamento de processos. As-
 severou que, em nenhum momento da visita, foi abordado por qual-
 quer preso para reclamar de processo parado, mas a direção informou
 que há problemas na vara da execução penal, pois existem apenas três
 juizes para atender toda a população carcerária do Estado. Quanto às
 oficinas de trabalhos, essas estão sendo reconstruídas, como o posto
 médico e o arquivo, devido à rebelião ocorrida no ano passado. Disse,
 ainda, que a escola está reiniciando suas atividades de forma orga-
 nizada, merecendo elogios o trabalho da Diretora. Disse, ainda, que
 está sendo reformada uma ala e que as torres para o bloqueio de
 celulares estão sendo instaladas. Por fim, sugeriu que seja oficiado ao
 Presidente do Tribunal de Justiça e ao Procurador-Geral de Justiça do
 Estado no sentido de realizar visitas no Complexo do Bangu; ao
 DESIPE para que crie projetos de trabalho destinados aos apenados e
 por igual apure o responsável pela destruição dos arquivos onde se
 encontravam os documentos dos presos; ao DEPEN e ao Ministério
 da Educação, para que verifiquem a possibilidade de melhorar o
 aparelhamento daquela unidade prisional com livros, material escolar
 e computadores. Assinalou, também, que se deve encaminhar a um
 órgão competente deste Ministério a denúncia sobre as torturas e os
 supostos torturadores contida no documento inicial. Mais: enfatizou
 que cumpre sejam requeridas através de ofício ao Comandante da
 Polícia Militar do Rio de Janeiro as devidas explicações dos fatos,

envolvendo policiais militares. Por fim, passou o relatório com al-
 gumas fotos para a apreciação do Colegiado. O Vice-Presidente so-
 licitou que, à tarde, fosse realizada a discussão e a votação dos
 relatórios. Com a palavra, o Conselheiro Pedro Sérgio dos Santos
 falou da visita efetuada no Presídio Ari Franco e do caso específico
 do cidadão chinês Cham Kim Chang, conclamando que tudo seja
 explicado e haja uma investigação rigorosa. Disse que esteve na sala
 onde aconteceu supostamente o fato e conversou com os agentes
 carcerários. Em conversa com a direção do presídio foi informado
 que são dois os inquiridos em andamento, um da polícia civil e outro
 da polícia federal, mas que a perícia foi realizada apenas pela polícia
 civil. Acrescentou que a Polícia Federal deveria ter feito a perícia,
 pois o preso era federal e estava na carceragem por convênio; a seu
 ver trata-se de um fato grave, que deve ser analisado pelo Conselho.
 Solicitou que, caso venha a ser aprovado pelo Conselho, seja oficiado
 ao Superintendente da Polícia Federal para que explique por que a
 perícia não foi realizada naquele local. O Vice-Presidente, Dr. Vetuval
 Martins Vasconcelos, disse que feito o registro e que, à tarde, serão
 analisados os pareceres da visita de inspeção. Dando continuidade às
 comunicações, passou a palavra ao Conselheiro César Oliveira de
 Barros Leal que anunciou a realização, nos dias 20 e 21 de outubro,
 em Fortaleza/CE, do IX Fórum Nacional de Direito Penitenciário,
 tendo como título "Assistência ao Egresso - O Debate Continua", do
 qual o Presidente de Honra será o Dr. Licínio Leal Barbosa, tendo
 como conferencistas o Dr. Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, Pre-
 sidente do CNPCP e o Dr. Maurício Kuehne, Vice-Presidente. O Dr.
 César entregou à Secretária do CNPCP cartazes para a distribuição
 aos Conselheiros. Disse, ainda, que o Dr. Licínio Leal Barbosa fará a
 conferência de abertura do Curso de Pós-Graduação em Política Cri-
 minal, Segurança Pública e Direitos Humanos, no dia 22 de outubro,
 às dezoito horas, no auditório da Escola de Governo do Distrito
 Federal. Informou, também, que do corpo docente participarão vários
 colegas do Conselho, entre eles a Conselheira Ana Sofia Schmidt de
 Oliveira e os Conselheiros Carlos Weis e Laurindo Dias Minhoto. O
 Dr. Licínio Leal Barbosa agradeceu o convite. O Vice-Presidente
 registrou que o relatório de inspeção foi constituído na gestão do
 Prof. Licínio Leal Barbosa, sendo idéia sua submetida a plenário e
 aprovada à unanimidade, constituindo-se, então, várias comissões
 compostas por Conselheiros que passaram a visitar o sistema prisional
 do país, com resultados promissores. Os relatórios são sempre pu-
 blicados e entregues às autoridades competentes, com vistas a uma
 melhoria do sistema e, no mesmo passo, à punição daqueles agentes
 que atuem de modo irregular. Agradeceu ao Dr. Licínio Leal Barbosa
 por essa contribuição, dentre várias outras. Registrou, ainda, que o
 Ministério Público do Distrito Federal criou, há dois anos, a Central
 de Medidas Alternativas, e inaugurou no dia 16/09 núcleos nas pro-
 motorias das cidades satélites de Taguatinga e Samambaia, tendo
 como objetivo dar suporte à aplicação e execução das medidas al-
 ternativas. Com a palavra, o Dr. Benedito Marques, Diretor da Fa-
 culdade de Direito/UFG, agradeceu o convite para integrar a mesa,
 desculpando-se por ter que se retirar por motivos alheios à sua von-
 tade. Agradeceu, ainda, ao Dr. Maurício Kuehne pela oferta do livro
 "Indulto Natalino", doado à Biblioteca da Faculdade, desejando su-
 cesso na reunião. O Vice-Presidente agradeceu a presença do Prof.
 Benedito Marques, sentindo-se honrando com sua presença. Na se-
 quência, passou-se à fase das proposições. Com a palavra, o Con-
 selheiro Maurício Kuehne indagou sobre a data da próxima reunião, a
 qual esta pré-agendada para os dias 13 e 14 de outubro, mas será
 definida pelo Presidente do Conselho. Em sequência à pauta da reu-
 nião, deu-se início ao debate sobre as Diretrizes Básicas do Conselho
 Nacional de Política Criminal e Penitenciária. A Comissão é com-
 posta dos Conselheiros Ana Sofia Schmidt de Oliveira, Edison José
 Biondi, Frederico Guilherme Guariglia, Laurindo Dias Minhoto e
 Ricardo de Oliveira Silva. A relatora, a Conselheira Ana Sofia Sch-
 midt de Oliveira, informou que parte do texto já foi aprovada na
 reunião anterior, comunicando que o Conselheiro Ricardo de Oliveira
 Silva, ausente na reunião, solicitou a inserção do tema "Justiça Ter-
 rapêutica", no artigo 4. A Conselheira indagou se a discussão deveria
 ser reiniciada. O Conselheiro Frederico Guilherme Guariglia disse
 que, na reunião passada, ficou mais ou menos acertado que essa
 discussão seria em outra oportunidade, com a presença do Con-
 selheiro Ricardo de Oliveira Silva e que nada impediria que se fizesse
 uma resolução, aprovando e alterando essa questão. O Vice-Presi-
 dente perguntou se todos estavam de acordo. Não havendo mani-
 festação, passou a palavra ao Conselheiro Laurindo Dias Minhoto
 para fazer a leitura do texto e reiniciar a discussão. Após várias
 manifestações e sugestões, o Conselheiro Carlos Weis disse que na
 reunião anterior não pôde estar presente pois teve que acompanhar, a
 pedido da Secretária Nacional de Justiça, o Ministro Nilmário Mi-
 randa na Argentina e que, na oportunidade, agendou uma visita ao
 Complexo Penitenciário com 1700 presos, divididos em sete unidades
 de até trezentos presos cada. Disse que gostaria de fazer a apre-
 sentação deste relatório, mas, devido ao atraso do voo da Vasp, e,
 sabendo do pouco tempo de que dispõe, faria apenas uma apre-
 sentação resumida. Disse que o presídio foi construído no ano de
 2000, tendo um prédio moderno, distribuído em ala principal e ser-
 viços fundamentais, unificados com segurança, lavanderia e cozinha,
 além de prédios pequenos, independentes, com diretor próprio, ser-
 viço de educação, trabalho e assistentes sociais. Retomando-se a dis-
 cussão, foi aprovada mais uma parte do texto, ficando o restante para
 a próxima reunião. O Vice-Presidente solicitou que se encaminhe por
 e-mail a todos os Conselheiros o texto com as alterações aprovadas,
 para apreciação. Na sequência o Conselheiro Pedro Sérgio dos Santos
 anunciou a presença do Prof. Haroldo Caetano, da Universidade Fe-
 deral de Goiás, aluno do mestrado, autor de importante obra na área
 de execução penal e promotor da Vara de Execuções Penais de Goiá-
 nia. Disse que esse tem na sua carreira um fato interessante, a saber:
 foi refém no Presídio da CEPALGO por 20 dias. O Vice-Presidente o
 convidou para sentar à mesa. O Professor agradeceu e disse que o